

**PLANO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO
DE CARATINGA PARA A EXECUÇÃO
DO PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO
EM PROTEÇÃO SOCIAL**

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 GESTÃO	5
3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO	7
4 PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL.....	8
5 PLANO DE TRABALHO	10
5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social	10
5.1.1 Atividade 1 – Capacitação Profissional.....	10
5.1.2 Atividade 2 – Suplementação de Recursos Humanos.....	13
5.1.3 Atividade 3 – Equipamentos	26
5.1.4 Atividade 4 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV	28
5.1.5 Atividade 5 – Transporte de Equipes.....	31
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
7 INDICADORES	36

PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL DE CARATINGA

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho foi elaborado em conjunto, Fundação Renova e o Gestor Municipal de Assistência Social do município de **Caratinga/MG**, onde o responsável municipal detalhou as especificidades das ações previstas no Plano Municipal de Reparação em Proteção Social, elaborado em 2018, para atendimento das 66 (sessenta e seis) famílias vulneráveis impactadas cadastradas, sendo a principal comunidade impactada em função do rompimento da barragem Fundão/MG, a Ilha do Rio Doce.

Este instrumento deve estar em consonância com as prerrogativas do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e os parâmetros estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Este Plano de Trabalho possui os seguintes objetivos:

- Determinar as suas áreas de atuação e as metas quantitativas a serem atingidas;
- Estabelecer indicadores de desempenho a serem monitorados para acompanhamento e avaliação da efetividade do acordo celebrado entre as partes;
- Definir estratégias de atuação da Fundação Renova no apoio às especificidades no atendimento da Proteção Social Básica e Especial da Assistência Social local a fim de mitigar os impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão/MG;
- Estabelecer atuação integrada e coordenada para responder às demandas referente à Política Pública de Assistência Social da população impactada;
- Permitir e estimular, por meio da atuação integrada, a interlocução com órgãos intersetoriais para garantir respostas assertivas, eficientes e eficazes;

- Fomentar processos, protocolos e procedimentos no âmbito do SUAS, para atender demandas das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.

2 GESTÃO

O Plano de Trabalho em questão possui como diretrizes a reparação integrada e a articulação com as Políticas Públicas já existentes, ou seja, os integrantes da Rede Socioassistencial local devem ser envolvidos na execução das atividades. Por essa razão, este Plano pretende contribuir com a complementação/otimização das ações de acompanhamento socioassistencial já desenvolvidas pelo município de **Caratinga** com as famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.

Deste modo, a atuação da Fundação Renova no município de **Caratinga**, de acordo com o TTAC, para o atendimento às famílias e/ou indivíduos vulneráveis dos territórios impactados, está relacionada ao Programa de Proteção Social que adota a estratégia de atuar no apoio ao fortalecimento dos serviços públicos essenciais de Assistência Social e na execução de ações socioassistenciais, sendo que as referidas ações devem estar de acordo com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993); Política Nacional de Assistência Social (PNAS); Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012 (institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC); e, do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n.2, de 06 de dezembro de 2012).

É fundamental que o município de **Caratinga** implemente e aperfeiçoe ferramentas de controle que contemplem indicadores quantitativos para o monitoramento dos processos e das atividades desenvolvidas com a população vulnerável dos territórios impactados. Isso permitirá que o trabalho e os resultados sejam constantemente avaliados e os problemas mitigados em tempo hábil.

É muito importante que os processos a serem implementados para as ações previstas neste Plano não comprometa o fluxo de trabalho, mas que

viabilize alcançar os objetivos no atendimento do público-alvo e contribuir com a melhoria das suas condições de vida.

Ademais, pensando em um cenário macro, articulado e de continuidade na oferta de serviços e ações nas comunidades impactadas, o Plano de Trabalho e o Termo, a serem assinados, poderão ser informados ao Conselho Municipal de Assistência Social e as ações previstas neste plano poderão compor o Plano Municipal de Assistência Social.

Além dos processos de gestão implementados pelo município para o acompanhamento, controle e avaliação de seus serviços, o Gestor Municipal de Assistência Social deverá alimentar, sistemática e rotineiramente, a Fundação Renova por meio do Programa de Proteção Social com informações quantitativas dos serviços prestados no atendimento às famílias e/ou indivíduos dos territórios impactados pelo rompimento da Barragem.

O município deverá produzir relatórios quadrimestrais e enviá-los à Fundação Renova apontando as atividades desenvolvidas pelos equipamentos públicos de Assistência Social, sobretudo os serviços do CRAS e CREAS, para garantia da transparência e monitoramento/acompanhamento dos resultados.

Da mesma forma, a Fundação Renova também deverá produzir relatórios quadrimestrais e enviá-los ao Município apontando as atividades desenvolvidas pelo Programa de Proteção Social nos territórios impactados.

As metas e os indicadores serão estabelecidos para a avaliação das ações compartilhadas entre o Gestor Municipal e Fundação Renova para o atendimento da população dos territórios impactados.

Vale ressaltar que este Plano de Trabalho é parte integrante do instrumento jurídico que deverá ser assinado entre as partes envolvidas.

3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO¹

O SUAS no município de **Caratinga** está organizado de acordo com os seguintes tipos de proteção²:

a) Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O acolhimento das demandas neste tipo de proteção social ocorre no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL. MDS. PNAS, 2005).

b) Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivos a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. Este tipo de proteção social se divide em média complexidade, que possui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como principal equipamento público, e alta complexidade (BRASIL. MDS. PNAS, 2005).

A organização da oferta de serviços socioassistenciais é responsabilidade do Poder Público, por meio dos órgãos gestores da Política Pública de Assistência Social nos municípios e nos Estados, quando se tratar da oferta de serviços regionalizados, e deverá atender a quem dela necessitar.

O Município **Caratinga** é composto por **03 (três) equipamentos de CRAS**, 63 grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, **01 CREAS**.

¹ Objeto deste Plano de Trabalho.

² Conforme estipulado pela LOAS, PNAS e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2018)

4 PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL

O Programa de Proteção Social, da Fundação Renova, está alinhado aos conceitos e diretrizes da Política Pública de Assistência Social. Entretanto, diferencia-se das atribuições do Poder Público, por ter a responsabilidade na reparação e mitigação dos danos causados às famílias e indivíduos vulneráveis em função do rompimento da barragem. Conforme descrito na cláusula 56 do TTAC, *"Excluído o que for de competência do Poder Público, o Programa de Proteção Social deverá apoiar a adoção de protocolos para atendimento dos impactados que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social por violação de direitos fundamentais, em decorrência do Evento"*.

Deste modo, as ações, aqui destacadas, são estratégia algumas estratégias de Proteção Social, considerando o levantamento dos impactos identificados nas comunidades, pelo Cadastro Integrado da Fundação Renova. Tais ações serão desenvolvidas pelas equipes municipais de Assistência Social do Município de **Caratinga**, de acordo com o disposto no SUAS, em parceria com os órgãos estaduais e federais, com o apoio da Fundação Renova, ressalvadas as competências das partes envolvidas, para atender aos territórios impactados, não se limitando apenas às famílias identificadas pelo Programa de Cadastro Integrado da Fundação Renova.

4.1 Objetivos do Plano Municipal de Reparação em Proteção Social

- Definir territorialmente como será realizado os atendimentos das famílias e ou indivíduos vulneráveis das comunidades impactadas pelo rompimento;
- Identificar os possíveis agravamentos de vulnerabilidades nas famílias e/ou indivíduos vulneráveis, primeiramente por levantamento das percepções do grupo técnico e gestores municipais e Estaduais de Assistência Social relacionadas ao rompimento da barragem;

- Definir estratégias de reparação em Proteção Social para este público vulnerável;
- Definições claras das responsabilidades da Fundação Renova e do Poder Público no processo de reparação das famílias e/ou indivíduos vulneráveis;
- Garantir a integração e a priorização no atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis na rota de reparação e pelos demais Programas da Fundação Renova.

5 PLANO DE TRABALHO

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.1 Atividade 1 – Capacitação Profissional

Introdução

O escopo do Programa de Proteção Social prevê, como um dos seus eixos de atuação, o Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social e, entre as ações previstas, constam aquelas de apoio à capacitação e supervisão técnica das equipes de Proteção Social municipais e estaduais. Essas ações são consideradas fundamentais para aprimorar os profissionais no atendimento às famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados pelo rompimento da barragem.

A oferta de serviços socioassistenciais em situações de crise e emergência permite aos operadores da Política Pública de Assistência Social rever seus processos e fluxos de trabalho, principalmente na organização e análise dos dados produzidos no período emergencial. Para garantir celeridade e qualidade na oferta de tais serviços, o Programa de Proteção Social propõe a realização de capacitações para as equipes municipais que irão operacionalizar este Plano de Trabalho nos seguintes eixos:

- Capacitação para gestores e técnicos: *"Oferta de serviços socioassistenciais e acompanhamento familiar em situações de crise e emergência"*, conforme a metodologia do capacita/SUAS;
- Capacitação para gestores e técnicos: *"Implementação da vigilância socioassistencial para o monitoramento e avaliação dos serviços"*, conforme a metodologia do capacita/SUAS;
- Oficinas por polos, com as equipes de Proteção Social locais com o objetivo discutir e desenvolver estratégias para o aprimoramento das ações nas comunidades impactadas (assessoria de apoio aos municípios conforme sua realidade no SUAS);
- Reuniões periódicas locais entre as equipes do Programa de Proteção Social e equipes da Assistência Social para alinhamento das ações nos territórios.

Objetivos

- Proporcionar aos profissionais envolvidos na execução deste Plano, capacitações com temas sobre atendimento às famílias e/ou indivíduos em situação emergencial em caso de desastres;
- Compreender melhor os possíveis agravamentos de vulnerabilidades ocorridos nos núcleos familiares e/ou indivíduos após o rompimento da barragem;
- Aprimorar as equipes locais no atendimento às famílias e/ou indivíduos impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Justificativa

O SUAS é um sistema recente dentro do cenário da Políticas Públicas brasileira, com pouco histórico de atuação em desastre da dimensão como foi o rompimento da Barragem Fundão/MG. Na sua implementação, em todo território nacional, os gestores municipais enfrentam grandes desafios no trabalho social com as famílias e na oferta dos serviços socioassistenciais. No contexto dos territórios impactados pelo rompimento da barragem, estes desafios são ainda maiores, o que exige muita compreensão e conhecimento da atribuição pública na Proteção Social brasileira e o processo de reparação previsto no TTAC por meio de um Programa.

Diante desse cenário, faz-se necessário a capacitação de todos envolvidos no processo de reparação, em especial das equipes técnicas locais para a realização do trabalho social com famílias e/ou indivíduos vulneráveis em situação de desastre e pós-desastre, tendo como pressuposto a celeridade e a qualificação no atendimento de demandas deste público e, ao mesmo tempo, distinguir as especificidades dos atendimentos em cada território impactado.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 1 – CAPACITAÇÃO		
Participação das equipes técnicas municipais da Assistência Social em oficinas de capacitação com abordagem de temas pertinentes para enfrentamento da situação de desastre com perspectiva interdisciplinar.		
PARA QUÊ?		
Aprimoramento do trabalho das equipes técnicas municipais para realização do trabalho social com as famílias e indivíduos no contexto de situação de desastre.		
O QUE?		
Participar de oficinas de capacitação regionais cujo tema é importante para o desenvolvimento do trabalho social com famílias das comunidades impactadas.		
QUANDO?		
2º semestre de 2019 a 2º semestre de 2020.		
QUEM?		
Equipes técnicas do CRAS e CREAS e da Gestão do município Caratinga.		
COMO?		
As oficinas de capacitação serão regionalizadas e desenvolvidas por consultoria contratada pela Fundação Renova, sendo a mesma, responsável por identificar a estrutura física, logística e os especialistas com capacidade técnica para realização da atividade.		
As vagas para o município de Caratinga são 21.		
ONDE?		
A ser definido.		
RECURSOS NECESSÁRIOS?		
Humanos: Consultoria especializada		
Logístico: local, lanche, material didático, som, Datashow e etc.		
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?		
Disponibilização dos técnicos e custeio de alimentação, deslocamento e hospedagem dos participantes.		
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?		
Contratação de empresa especializada, organização logística do evento e material necessário para o desenvolvimento das atividades.		
METAS?		
Pelo menos um profissional da Gestão local da Assistência Social do município capacitado.		
Pelo menos um profissional capacitado de cada equipamento público da Assistência Social do município. Ou seja, 07 vagas.		
PRAZO DE VIGÊNCIA?		
Até dois anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.		
CRONOGRAMA – ATIVIDADE CAPACITAÇÃO		
Ação - Capacitação	Período de Execução	Unidade
Oficina 1	Segundo Semestre de 2019	01
Oficina 2	Segundo semestre de 2020	01

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.2 Atividade 2 – Suplementação de Recursos Humanos

Introdução

Conforme descrito na Política Pública de Assistência Social, o trabalho social com famílias é executado pelo Poder Público, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que é o principal serviço de Proteção Social Básica (Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004). O PAIF consiste no trabalho social com as famílias, de caráter periódico e continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos sociais e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê também o desenvolvimento de implementação de estratégias que possibilite o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social deverá utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias atendidas pelo serviço.

Muito importante também é o trabalho realizado com as famílias pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, que se constitui como serviço de apoio, orientação e acompanhamento de famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento do PAEFI fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais

serviços socioassistenciais, nas diversas Políticas Públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito que foi violado.

Ambos os Serviços são executados nos municípios por meio dos equipamentos Públicos: sendo o PAIF executado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e o PAEFI por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Conforme NOB-RH/SUAS as equipes de referência são aquelas responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas a esse público.

A composição da equipe de referência dos CRAS, prevista na legislação para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios são:

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias Referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível Superior, sendo um Assistente Social e outro, preferencialmente, Psicólogo.	3 técnicos de nível Superior, sendo dois Assistentes Sociais e, preferencialmente, um Psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois Assistentes Sociais, um Psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio.	3 técnicos de nível médio.	4 técnicos de nível médio.

NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada

Em comum acordo com o TTAC, a NOB-SUAS e o Plano Municipal de Reparação em Proteção Social, a Fundação Renova definiu como estratégia de atuação, a ampliação na cobertura de atendimento do PAIF e PAEFI no município de **Caratinga** para o acompanhamento social das famílias e/ou indivíduos vulneráveis nas comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

A atuação do PAIF e do PAEFI no processo de reparação das famílias e/ou indivíduos vulneráveis atingidos é fundamental para mitigar os impactos sofridos por esse público, a partir do desenvolvimento de ações continuadas que permitam a promoção e a restauração dos direitos sob ameaça de violação ou já violados.

Para essa ação, a Fundação Renova irá fornecer recursos financeiros para suplementar a equipe técnica já existente com novos profissionais de nível superior para CRAS e CREAS, a fim de otimizar a capacidade instalada no município e ampliar a cobertura do PAIF e PAEFI nas comunidades impactadas, e com motorista para auxiliar no deslocamento da equipe técnica.

Objetivo

- Ampliar a cobertura do PAIF e do PAEFI para a comunidade da Ilha do Rio Doce, suplementando com recursos humanos as equipes do CRAS e CREAS com:
 - 02 técnicos de nível superior para a Proteção Social Básica e Especial, sendo 01 Assistente Social e 01 Psicólogo para compor as equipes que executam os serviços do PAIF e PAEFI;
 - 01 Motorista categoria B para atender as atividades dessa equipe.

Justificativa

Em Caratinga, a maior comunidade impactada foi a Ilha do Rio Doce. Esta comunidade se distancia da sede administrativa do município, sendo considerada como área ribeirinha e zona rural. É fundamental que os serviços ofertados pelo CRAS às famílias dessa localidade, tenham continuidade, sobretudo com as famílias vulneráveis impactadas.

Para compreender o cenário sobre os atendimentos realizadas em Caratinga, seguem, abaixo, os atendimentos registrados pelas unidades de CRAS e CREAS em Caratinga compilados durante o período de 2015 a abril de 2019.

Total de Atendimentos realizados pelos CRAS³

REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CRAS (Agregado)	
Mês e Ano de Referência de: 01/2015 a 04/2019	Qtde de CRAS: 3
Município: CARATINGA	UF: MG

Bloco I - Famílias em acompanhamentos pelo PAIF		
A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Total	Média
A.1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	16.626	106,58
A.2. Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	1.159	7,43
B. Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês de referência	Total	Média
B.1. Famílias em situação de extrema pobreza	258	1,65
B.2. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	707	4,53
B.3. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades	390	2,50
B.4. Famílias com membros beneficiários do BPC	333	2,13
B.5. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0	0,00
B.6. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	3	0,02
Bloco II - Atendimentos individualizados realizados no CRAS		
C. Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS no mês de referência	Quantidade	Média
C.1. Total de atendimentos particularizados realizados no mês de referência	38.564	247,21
C.2. Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	1.180	7,56
C.3. Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	2.186	14,01
C.4. Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	2.254	14,45
C.5. Famílias encaminhadas para o CREAS	247	1,58
C.6. Visitas domiciliares realizadas	13.263	85,02
C.7. Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência	0	0,00
C.8. Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência	108	1,29
C.9. Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o mês de referência	1.114	13,26
Bloco III - Atendimentos coletivos realizados no CRAS		
D. Volume de atendimentos coletivos realizados no CRAS durante o mês de referência	Total	Média
D.1. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	9.378	60,12

³ Dados fornecidos pelo Município de Caratinga.

D.2. Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	2.659	17,04
D.3. Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	24.866	159,40
D.4. Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	5.480	35,13
D.8. Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	2.137	25,44
D.5. Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	9.208	59,03
D.6. Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	38.104	244,26
D.7. Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	3.195	20,48

Famílias em acompanhamento CREAS⁴

Ano de Referência de: 01/2015 a 04/2019				Qtde de CREAS: 1		
Município: CARATINGA				UF: MG		
Bloco I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI						
A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAEFI				Total		Média
A.1. Total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI				8.500		170,00
A.2. Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI, durante o mês de referência				414		8,28
B. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI, no mês de referência				Total		Média
B.1. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família				192		3,84
B.2. Famílias com membros beneficiários do BPC				34		0,68
B.3. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil				1		0,02
B.4. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento				4		0,08
B.5. Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas				189		3,78
B.7. Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto				33		1,22
Quantidade e perfil das pessoas vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (apenas novos casos)						
B.6. Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI, durante o mês de referência (apenas para os novos casos) (TOTAL)	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
	477	Masculino	77	171	34	26

⁴ Dados fornecidos pelo Município de Caratinga.

		Femi- nino	67	39	49	14	
B.6. Quantidade de pessoas vitima- das, que ingressaram no PAEFI, du- rante o mês de referência (apenas para os novos casos) (MÉDIA)	To- tal	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais	
	9,54	Mas- culino	1,54	3,42	0,68	0,52	
		Femi- nino	1,34	0,78	0,98	0,28	
C. Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressa- ram no PAEFI durante o mês de referên- cia			Total	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de vi- olência intrafamiliar (física ou psicoló- gica) (TOTAL)			52	Mascu- lino	2	3	7
				Femi- nino	3	3	7
C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de vi- olência intrafamiliar (física ou psicoló- gica) (MÉDIA)			1,04	Mascu- lino	0,07	0,11	0,14
				Femi- nino	0,11	0,11	0,14
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual (TOTAL)			40	Mascu- lino	0	0	3
				Femi- nino	5	6	7
C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual (MÉDIA)			0,80	Mascu- lino	0,00	0,00	0,06
				Femi- nino	0,19	0,22	0,14
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de ex- ploração sexual (TOTAL)			11	Mascu- lino	7	0	0
				Femi- nino	1	0	2
C.3. Crianças ou adolescentes vítimas de ex- ploração sexual (MÉDIA)			0,22	Mascu- lino	0,26	0,00	0,00
				Femi- nino	0,04	0,00	0,04
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de ne- gligência ou abandono (TOTAL)			153	Mascu- lino	8	19	26
				Femi- nino	8	6	17
C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de ne- gligência ou abandono (MÉDIA)			3,06	Mascu- lino	0,30	0,70	0,52
				Femi- nino	0,30	0,22	0,34
Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressa- ram no PAEFI durante o mês de refe- rência			To- tal	Sexo	0 a 12 anos		13 a 15 anos

C.5. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) (TOTAL)	9	Masculino	3	2		
		Feminino	4	0		
C.5. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos) (MÉDIA)	0,18	Masculino	0,06	0,04		
		Feminino	0,08	0,00		
D. Idosos - 60 anos ou mais - em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI durante o mês		Total	Sexo	60 anos ou mais		
D.1. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) (TOTAL)		8	Masculino	4		
			Feminino	4		
D.1. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) (MÉDIA)		0,16	Masculino	0,08		
			Feminino	0,08		
D.2. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono (TOTAL)		28	Masculino	18		
			Feminino	10		
D.2. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono (MÉDIA)		0,56	Masculino	0,36		
			Feminino	0,20		
E. Pessoas com deficiência em situações de violência ou violações que ingressaram no PAEFI durante o mês	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
E.1. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) (TOTAL)	7	Masculino	1	0	1	1
		Feminino	1	0	3	0
E.1. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual) (MÉDIA)	0,14	Masculino	0,02	0,00	0,02	0,02
		Feminino	0,02	0,00	0,06	0,00
E.2. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono (TOTAL)	4	Masculino	1	0	1	0
		Feminino	1	0	1	0
E.2. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono (MÉDIA)	0,08	Masculino	0,02	0,00	0,02	0,00
		Feminino	0,02	0,00	0,02	0,00

F. Mulheres adultas vítimas de violência intrafamiliar que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência					Total	Média
F.1. Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)					26	0,52
G. Pessoas vítimas de tráficos de seres humanos que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
G.1. Pessoas vítimas de tráficos de seres humanos (TOTAL)	0	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	0	0
G.1. Pessoas vítimas de tráficos de seres humanos (MÉDIA)	0,00	Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
		Feminino	0,00	0,00	0,00	0,00
H. Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência					Total	Média
H.1. Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual					0	0,00
I. Pessoas em situação de rua que ingressaram no PAEFI durante o mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
I.1. Pessoas em situação de rua (TOTAL)	31	Masculino	0	0	20	2
		Feminino	0	0	9	0
I.1. Pessoas em situação de rua (MÉDIA)	0,62	Masculino	0,00	0,00	0,40	0,04
		Feminino	0,00	0,00	0,18	0,00
Bloco II – Atendimentos realizados no CREAS						
M. Atendimentos realizados no mês de referência					Total	Média
M.1. Total de atendimentos individualizados realizados no mês de referência					6.857	253,96
M.2. Total de atendimentos em grupo realizados no mês de referência					974	36,07
M.3. Famílias encaminhadas para o CRAS durante no mês de referência					240	8,89
M.4. Visitas domiciliares realizadas no mês de referência					1.642	60,81
Bloco III – Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (LA/PSC)						
<div><div></div><div>Não realiza oferta do Serviço</div></div>						
J. Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas					Total	Média

J.1. Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)	1.250	25,00
J.2. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA	1.032	20,64
J.3. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	264	5,28
Quantidade e perfil dos novos adolescentes inseridos no Serviço, no mês de referência	Total	Sexo
J.4. Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento no mês de referência (TOTAL)	196	Mas- cu- lino 179 Fe- mi- nino 17
J.4. Total de novos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), inseridos em acompanhamento no mês de referência (MÉDIA)	3,92	Mas- cu- lino 3,58 Fe- mi- nino 0,34
J.5. Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento, no mês de referência (TOTAL)	153	Mas- cu- lino 140 Fe- mi- nino 13
J.5. Novos adolescentes em cumprimento de LA, inseridos em acompanhamento, no mês de referência (MÉDIA)	3,06	Mas- cu- lino 2,80 Fe- mi- nino 0,26
J.6. Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento, no mês de referência (TOTAL)	47	Mas- cu- lino 42 Fe- mi- nino 5
J.6. Novos adolescentes em cumprimento de PSC, inseridos em acompanhamento, no mês de referência (MÉDIA)	0,94	Mas- cu- lino 0,84 Fe- mi- nino 0,10
Bloco IV - Serviço Especializado em Abordagem Social		
<input type="checkbox"/> Não realiza oferta do Serviço		

K. Quantidade e perfil de pessoas abordadas pela equipe do Serviço de Abordagem, no mês de referência	Total	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
K.1. Pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, durante o mês de referência (TOTAL)	1.206	Masculino	24	28	817	21
		Feminino	2	2	308	4
K.1. Pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social, durante o mês de referência (MÉDIA)	24,12	Masculino	0,48	0,56	16,34	0,42
		Feminino	0,04	0,04	6,16	0,08
Situações identificadas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, no mês de referência					Total	Média
K.2. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)					6	0,12
K.3. Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual					0	0,00
K.4. Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas					6	0,12
K.5. Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas					787	15,74
K.6. Migrantes					265	5,30
L. Volume de abordagens realizadas					Total	Média
L.1. Quantidade total de abordagens realizadas (compreendida como número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o mês)					1.338	26,76

Importante ressaltar a necessidade do município em receber a complementação da equipe técnica do CRAS e/ou CREAS, ou ainda equipe de referência da Proteção Social Especial, para o atendimento às famílias impactadas que residem nas comunidades rurais, ribeirinhas e demais áreas no território.

A contratação destes profissionais se justifica pela necessidade de garantir o acompanhamento técnico qualificado das famílias vulneráveis impactadas pelo rompimento da barragem, sem o comprometimento da qualidade e continuidade dos serviços de Proteção Social Básica e Especial ofertados à população do município.

Todos esses profissionais são para fortalecer a capacidade de atendimento dos serviços que o município já realiza, após o rompimento da Barragem de Fundão.

A comunidade impactada em Caratinga está situada a 85 Km de distância do povoado da Ilha do Rio Doce, este fato, torna-se um agravante, dificultando a realização de um atendimento eficaz às famílias residentes nessa comunidade.

Mediante este fato, faz-se necessário o fornecimento de alimentação para os técnicos e motorista, em razão do deslocamento que farão para atendimento às famílias.

Salientamos que o município de Caratinga, aceita o plano proposto pela Fundação Renova, porém faz-se necessário a inclusão dos itens acima propostos.

Destaca-se que o prazo de execução dessa atividade será por um prazo de até 2 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 2 – Recursos Humanos
Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social a fim de elevar a capacidade de atendimento do CRAS e CREAS. A expansão da cobertura do PAIF e PAEFI nas comunidades impactadas é uma estratégia adotada pelo Programa, conforme legislação, que possibilita uma melhor atuação com as famílias para identificação de vulnerabilidades surgidas ou agravadas em decorrência do rompimento da barragem.
PARA QUÊ?
Fortalecer a capacidade pública para ampliar a oferta no atendimento na rede de serviços socioassistenciais, com contratação de Recursos Humanos para a realização do trabalho com as famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados com o rompimento da barragem.
O QUE?
Contratação de: 03 profissionais para atuar nos CRAS e CREAS para atendimento às comunidades impactadas. Sendo 01 Psicólogo, 01 assistente Social, 01 Motorista Carteira Categoria B. As equipes, a serem contratadas, deverão ter salários equiparados ao praticado pelo Município de Caratinga para os profissionais existentes.
QUANDO?
No segundo semestre de 2019.
QUEM?
O Município de Caratinga contrata e faz a gestão da equipe sob lógica e diretrizes do SUAS

COMO?	
Serão contratos pelo processo seletivo existente no município de Caratinga, conforme preceito legais –Lei 8666.	
ONDE?	
A equipe será alocada: CRAS – Rua João Pinheiro, nº 392, Centro. CREAS/equipe de referência PSE – Rua princesa Isabel, 180- Centro – Caratinga.	
RECURSOS NECESSÁRIOS?	
R\$ 145.910,40, conforme recursos necessários, para o período de 2 anos, descritos em quadro abaixo, considerando os valores com profissionais e as despesas que o Município realiza com alimentação da equipe. (Memória de Cálculo abaixo).	
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?	
<ul style="list-style-type: none"> Realizar processo seletivo dos profissionais para compor a (s) equipe (s) que irá atuar no PAIF e do PAEFI das comunidades impactadas. Repassar informações do número de atendimentos realizados com famílias e/ou indivíduos vulneráveis para a Fundação Renova. 	
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?	
Repassar o recurso financeiro necessário para contratação e manutenção dos profissionais que irão suplementar as equipes municipais, de acordo com as diretrizes da Fundação Renova.	
METAS?	
Ampliar a capacidade instalada em 100% das atividades desenvolvidas no PAIF e PAEFI pelo município de Caratinga.	
PRAZO DE VIGÊNCIA?	
Até 2 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.	
ATIVIDADE A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS PROFISISONAIS CONTRATADOS	
Ação	Quantitativo
Atividades privativas dos técnicos do PAIF e PAEFI, e conforme descrito abaixo na tabela do CRAS Volante	De acordo com a demanda local.

Recursos necessários:

DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR MENSAL COM ENCARGOS	TOTAL 24 MESES
01 - PSICÓLOGO	20HS	R\$ 1.779,31	R\$ 42.703,44
01 - ASSISTENTE SOCIAL	30HS	R\$ 1.779,31	R\$ 42.703,44
01- MOTORISTA	40HS	R\$ 1.420,98	R\$ 34.103,52
TOTAL		R\$ 4.979,60	R\$ 119.510,40

Notas Explicativas:

01) vencimento dos cargos de psicólogo e assistente social corresponde R\$ 1.302,26 e o cargo de motorista R\$ 998,00 até 2019 e 1.040,00 em 2020;

02) Para conhecimento do valor mês é preciso considerar os encargos patronais do INSS correspondente a 23%;

03) O valor mensal da folha levou em consideração além dos encargos, o 13º salário e o 1/3 de férias.

ALIMENTAÇÃO	QUANTIDADE MENSAL	VALOR MENSAL	24 MESES
CAFÉ DA MANHÃ	22	R\$ 220,00	R\$ 5.280,00
ALMOÇO	22	R\$ 660,00	R\$ 15.840,00
LANCHE DA TARDE	22	R\$ 220,00	R\$ 5.280,00
TOTAL		R\$ 1.100,00	R\$ 26.400,00

Notas Explicativas:

01) O valor calculado para alimentação foram baseados no Decreto de diárias do Município, sendo R\$ 50,00, divididos em: R\$ 10,00 para os lanches da manhã e da tarde e R\$ 30,00 para o almoço.

VEÍCULO	KM MENSAL	VALOR MENSAL	24 MESES
COMBUSTÍVEL	3960	R\$ 1.547,70	R\$ 37.144,80
TOTAL		R\$ 1.547,70	R\$ 37.144,80

Notas Explicativas:


01) O valor calculado do combustível é a média revendida na bomba em um raio de 100 km, no valor de R\$ 4,69 na data atual.

02) O valor calculado do consumo do veículo foi de 12 km/l, o que vai de acordo com os modelos da frota Municipal.

O presente relatório trata-se de despesas referente à equipe de trabalho do Plano Municipal de Reparação em Proteção Social.

Estimamos o valor das despesas em R\$ 183.055,20 (cento e oitenta e três mil e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), no período de 24 meses, tendo a variação desse valor referenciado nas notas explicativas.

Caratinga, 26 de agosto de 2019


MYSSON HENRIQUE DE ARAÚJO E SILVA
 Contador RT – 109.078

OTIMIZAÇÃO DO CRAS VOLANTE	
Ofertar o serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF.	Segunda à sexta, 08:00 às 17:00TRa
Ofertar demais serviços de Proteção Social básica conforme a necessidade.	Segunda à sexta, 08:00 às 17:00
Realizar busca ativa (saber onde estão as famílias de extrema pobreza).	Segunda à sexta, 08:00 às 17:00
Apoiar a inclusão e atualização cadastral no CAD único das famílias que moram em áreas dispersas; e possibilitar o acesso a renda (BPC e Bolsa Família).	Segunda à sexta, 08:00 às 17:00
Realizar encaminhamentos (Rede Socioassistencial e Setorial).	Segunda à sexta, 08:00 às 17:00
Identificada família em situação de violação de direitos, o registro será entregue ao Coordenador do CRAS de referência para encaminhar para a proteção Social Especial conforme o fluxo.	Segunda à sexta, 08:00 às 17:00
Registrar os atendimentos realizados e sua organização em arquivos no CRAS ou em outro lugar, sempre resguardando o sigilo das informações.	Segunda à sexta, 08:00 às 17:00

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.3 Atividade 3 – Equipamentos

Introdução

O trabalho social com famílias impactadas deverá ser executado, pelo Poder Público em serviços específicos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, tendo um caráter continuado com objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, promover e ampliar o acesso e usufruto de direitos e contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias e indivíduos. Busca-se, também, desenvolver as potencialidades e aquisições das famílias impactadas, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Trata-se de um conjunto de procedimentos efetuados a fim de contribuir para a convivência, o reconhecimento de direitos e as possibilidades de intervenção na vida social de uma família.

Objetivo

- Ampliar a capacidade de atendimento instalada com aquisição de equipamentos para realizar o trabalho social com as famílias vulneráveis impactadas da comunidade da Ilha do Rio Doce.

Justificativa

Para otimizar o desenvolvimento do trabalho social e ampliar a capacidade de atendimento dos serviços, é necessário disponibilizar recursos financeiros para a aquisição de material permanente de trabalho para as atividades da equipe suplementar PAIF e PAEFI com as famílias impactadas vulneráveis da comunidade da Ilha do Rio Doce.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 3 – EQUIPAMENTOS
Disponibilizar recurso financeiro para aquisição de material permanente para o desenvolvimento das atividades da equipe que irá suplementar as atividades do PAIF e PAEFI.
PARA QUÊ?
Criar uma estrutura mínima para que o CRAS e CREAS tenham condições de acolher os novos profissionais para que estes possam realizar o atendimento e acompanhamento das famílias vulneráveis impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão em comunidades distantes.
O QUE?
Repassar recurso financeiro para a aquisição de equipamentos para a equipe técnica suplementar.
QUANDO?
2º semestre de 2019.
QUEM?
Fundação Renova repassará, em parcela única, ao Município recursos financeiros para a aquisição de material permanente.
COMO?
Repasse de recursos financeiros para o município de Caratinga, em parcela única, para aquisição de mesa, cadeira, notebook e impressora, conforme o quantitativo de profissionais suplementados.
ONDE?
Nos CRAS e CREAS de referência dos territórios impactados para realização das atividades da equipe suplementar.
RECURSOS NECESSÁRIOS?
Repasse de recurso pela FR para aquisição dos equipamentos.
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?

Aquisição e disponibilização, para a equipe suplementada, dos equipamentos relacionados nesse Plano.	
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?	
Repasse de recurso financeiro, em parcela única, para aquisição de material permanente.	
METAS?	
Ampliar a capacidade instalada em 100% das atividades desenvolvidas no PAIF e PAEFI pelo município de Caratinga.	
PRAZO DE VIGÊNCIA?	
Até 02 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.	
Equipamentos	
Equipamento	
Ação	Quantidade /periodicidade/equipamento público

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.4 Atividade 4 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Introdução

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. É ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias e realizado por meio do PAIF e do PAEFI.

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários. Visa resgatar os vínculos familiares e sociocomunitários realizando atendimentos coletivos por meio de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a faixa etária dos usuários e o perfil do grupo a ser trabalhado.

Objetivo

Fortalecer o trabalho social com famílias e indivíduos nas comunidades impactadas por meio de repasse de recursos financeiros para aquisição de insumos para a realização de oficinas e ações coletivas.

Justificativa

Considerando as situações de vulnerabilidade destes grupos, implementar os SCFV é de fundamental importância para mitigar os impactos nos núcleos familiares causados após o rompimento da barragem de Fundão.

Em situações emergenciais tende a potencialização dos conflitos e fragilização das relações de convivência e muitas vezes pode gerar violação de direitos básicos, como comprometimento à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à realização de atividades laborais, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Neste contexto vivenciado pelas famílias dos municípios impactados, torna-se imprescindível proporcionar ações que busque o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.

Neste sentido, criar ações que possibilite a convivência destas famílias e indivíduos, contribui para amenizar o sofrimento gerado pelo rompimento da barragem, por meio de atividades lúdicas, culturais, esportivas e confraternizações.

No momento, não há oficinas sendo realizadas na comunidade da Ilha do Rio Doce, devido à distância do CRAS de referência até a localidade e por não haver equipe volante no município.

Porém, foi realizada uma pesquisa com os moradores e em resposta demonstram interesse em participar de cursos de capacitação e geração de renda. Relatam, ainda, que os jovens e adolescentes necessitam de oficinas atrativas que suprem seus anseios.

Na oportunidade, foi apresentada uma oficina de curta metragem, em que terão noções sobre o audiovisual, o cinema, os vídeos, que qualquer

cidadão consegue hoje produzir e fazer ser visto na internet por várias pessoas. A oficina, ainda, possibilitará uma análise psicológica dos participantes procurando detectar potenciais ou bloqueios particulares canalizando os distúrbios comportamentais para algo positivo.

Para tanto, faz-se necessária a locação de equipamentos para ofertar dessa oficina. Tais como:

- Filmadora;
- Câmera fotográfica;
- Lentes;
- Microfone;
- Vara Boom com espuma contravento (extensão para microfone);
- Data Show.

Para realização dessa oficina, 02 vezes por semana, o custo da locação do equipamento acima descrito será em torno de R\$ 870,00 mensais por um período de 24 meses.

Salientamos, que objetivamos ofertar outras oficinas como: Artesanatos, dança, Arte Maciais dentre outros esportes.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 4 - Insumos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV
Fortalecer as atividades do SCFV, previsto no SUAS, realizadas com famílias e indivíduos vulneráveis nas comunidades impactadas, a fim de mitigar os impactos ocorridos após o rompimento da barragem.
PARA QUÊ?
As atividades descritas visam ampliar e fomentar as atividades dos grupos de convivência, promovendo atividades culturais, esportivas, confraternizações e propiciar uma integração entre famílias participantes do SCFV. Fundamenta-se, também, na importância de desenvolver um trabalho social contínuo e efetivo com intuito de proporcionar momentos de reflexão, criatividade, gerar novas percepções e estimular a socialização, garantindo o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários.
O QUE?
Recursos financeiros para materiais de custeio/insumos que serão utilizados para o desenvolvimento das oficinas.
QUANDO?
Segundo semestre de 2019.

QUEM?		
Fundação Renova e o município de Caratinga.		
COMO?		
Repasse de recurso financeiro, em parcela única, para aquisição de materiais de custeio/insumos necessários para a realização da oficina.		
ONDE?		
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e no CRAS.		
RECURSOS NECESSÁRIOS?		
Repasse de recurso pela FR para aquisição dos insumos.		
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento e realização das atividades de grupos nos serviços; ▪ Mobilização das famílias para a participação das atividades; ▪ Local para definição das atividades; ▪ Aquisição dos insumos necessários para a realização das atividades; ▪ Encaminhar relatórios quadrimestrais das oficinas realizadas com as famílias vulneráveis impactadas. 		
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?		
Repassar recurso em parcela única ao município de Caratinga para aquisição dos insumos necessários para as oficinas com as famílias da comunidade impactada.		
METAS?		
Ampliar a capacidade instalada em 100%, o número de atendimento de crianças, adolescentes e idosos, sendo referenciados nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nas comunidades impactadas.		
PRAZO DE VIGÊNCIA?		
Até 02 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.		
CRONOGRAMA - ATIVIDADE PARA AS FAMÍLIAS NO SCVF		
Atividades realizadas para as famílias no SCFV	Período de Execução	Unidade
Realizar oficinas temáticas.	24 meses	CRAS Volante
Criação de grupos respeitando as necessidades individuais de cada participante, levando em consideração as especificidades de cada fase, sendo organizados grupos de crianças, de adolescentes, de jovens, de adultos e idosos.	24 meses	CRAS Volante
Temas que serão trabalhados nas oficinas: Artesanato, Capoeira, Rodas de Conversa, Violão e Dança.	24 meses	CRAS Volante

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.5 Atividade 5 – Transporte de Equipes

Introdução

Na maioria dos municípios a localização dos equipamentos públicos para desenvolver o trabalho com as famílias apresenta desafios, sobretudo para o atendimento às comunidades rurais e distantes da sede dos equipamentos públicos. Ou seja, o deslocamento das equipes de referências para o desenvolvimento de suas atividades é um ponto de atenção para os gestores municipais, principalmente em municípios com grande extensão territorial.

Por essa razão, disponibilizar veículo é fundamental para oferecer o suporte necessário aos técnicos do CRAS e CREAS no atendimento das famílias e indivíduos vulneráveis impactados, uma vez que parte significativa desse público se encontra em comunidades ribeirinhas ou rurais. Ter veículos disponíveis para o deslocamento das equipes é, portanto, uma forma de garantir a potencialização do trabalho/acompanhamento com as famílias por meio de visitas domiciliares, atendimento individual de famílias, oficinas coletivas nas comunidades, realização de busca ativa para inserção de famílias nos serviços e até mesmo para atendimento nos programas da Fundação, quando for o caso.

Objetivo

Disponibilizar 01 veículo e combustível para o deslocamento das equipes no atendimento às famílias vulneráveis impactadas.

Justificativa

O município de Caratinga/MG possui uma enorme extensão territorial, estando situado a 85 Km de distância do povoado da Ilha do Rio Doce, este fato, torna-se um agravante, dificultando a realização de um atendimento eficaz às famílias residentes nessa comunidade.

Mediante este fato, faz-se necessário o fornecimento de veículos para o deslocamento dos técnicos para atendimento às famílias vulneráveis impactadas. Os serviços serão ofertados de segunda à sexta-feira de 08h às 17h.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 5 – TRANSPORTE
Disponibilizar veículo de passeio e combustível para o deslocamento das equipes de CRAS e CREAS/equipe de referência PSE na realização de atividades com as famílias e/ou indivíduos vulneráveis das comunidades impactadas.
PARA QUÊ?
Ampliar a cobertura do PAIF e do PAEFI e otimizar o atendimento e acompanhamento das famílias impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão em comunidades distantes dos equipamentos públicos. E, conduzir as equipes do PAIF e PAEFI em suas atividades. As equipes também poderão utilizar o veículo quando em participação em capacitação ou outras ações que se relacionem ao trabalho desenvolvido em tais comunidades.
O QUE?
01 veículo e combustível para atender prioritariamente as atividades do CRAS e CREAS/equipe de referência PSE.
QUANDO?
Aproximadamente 180 dias a partir do processo de contratação do fornecedor.
QUEM?
Fundação Renova realizará contratação dos veículos e cartão de combustível e disponibilizará para o município.
COMO?
Contratação de empresas que disponibilizarão veículo e combustível para o município de Caratinga.
ONDE?
O veículo será disponibilizado aos CRAS e CREAS/equipe de referência PSE no município de Caratinga, para realizar o deslocamento das equipes até as comunidades impactadas e deslocamentos fora do município para capacitações e reuniões ofertadas em conjunto com a Fundação Renova.
RECURSOS NECESSÁRIOS?
Contratação de empresa para disponibilização de veículo e combustível.
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização dos veículos somente para realizar as ações prevista neste PLANO DE TRABALHO; ▪ Disponibilizar o motorista para participar de treinamentos de direção defensiva; ▪ O município deverá prestar conta, informado quais atividades foram desenvolvidas com a utilização do veículo, por meio do histórico de um <i>check list</i> ou outro instrumento a ser definido em conjunto com a Fundação Renova.
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?
Contratação e disponibilização de 01 veículo e combustível.
METAS?

O veículo está sendo disponibilizado para o acompanhamento de famílias vulneráveis na comunidade de Ilha do Rio Doce do município de Caratinga.	
PRAZO DE VIGÊNCIA?	
Até 02 anos podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.	
Atividades a serem realizadas com utilização veículo	
Ação	Quantidade /periodicidade/equipamento público
Transporte da equipe para realizar as atividades ofertadas.	24 meses

Caratinga, 27 de Junho de 2019.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2018.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. 23.

BRASIL. **Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

BRASIL. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 93**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 03 de jul. 2018.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. LOAS. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm> Acesso em: 18 de jun. de 2018.

7 INDICADORES

Os indicadores estão em fase de elaboração.